



## Public funding for mental health in Brazil on the Psychosocial Care Network (2014–2024)

### Financiamento público da saúde mental no Brasil na Rede de Atenção Psicossocial (2014–2024)

SILVA, Willian José<sup>(1)</sup>; CRUZ, Sabrina Ângela França da Silva<sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup>  0009-0007-5265-2528; Universidade Federal de Alagoas. Arapiraca, AL, Brasil. [willian.silva@arapiraca.ufal.br](mailto:willian.silva@arapiraca.ufal.br)

<sup>(2)</sup>  0000-0003-4886-2702; Universidade Federal de Alagoas. Arapiraca, AL Brasil. [sabrina.cruz@arapiraca.ufal.br](mailto:sabrina.cruz@arapiraca.ufal.br)

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

#### ABSTRACT

This study analyzed public funding for mental health in Brazil between 2014 and 2024, with an emphasis on the impacts on the consolidation of the Psychosocial Care Network (RAPS) and the implementation of the principles of Psychiatric Reform. An integrative literature review was conducted, searching the LILACS, MEDLINE, BDNF, and Colectiona SUS databases using keywords and Boolean operators, including full-text original articles published between 2014 and 2024 in Portuguese, English, or Spanish in the Brazilian context. Of the 233 studies identified, only four met the established criteria. The results showed that, despite the expansion of Psychosocial Care Centers (CAPS) and other RAPS mechanisms, regional inequalities, weaknesses in intersectoral coordination, and chronic underfunding aggravated by Constitutional Amendment No. 95/2016 persist. Social policies, such as income transfer programs, have a significant protective effect on mental health, indicating the importance of intersectoral strategies. It is concluded that strengthening mental health in the SUS requires continuous funding, budget planning compatible with territorial demands, and integration with broader social policies, ensuring comprehensive, equitable, and sustainable care.

#### RESUMO

O presente estudo analisou o financiamento público da saúde mental no Brasil entre 2014 e 2024, com ênfase nos impactos sobre a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e na efetivação dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases LILACS, MEDLINE, BDNF e Colectiona SUS, utilizando palavras-chave e operadores booleanos, incluindo artigos originais completos publicados entre 2014 e 2024, em português, inglês ou espanhol, no contexto brasileiro. Dos 233 estudos identificados, apenas quatro atenderam aos critérios estabelecidos. Os resultados evidenciaram que, apesar da expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de outros dispositivos da RAPS, persistem desigualdades regionais, fragilidades na articulação intersectorial e subfinanciamento crônico agravado pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Políticas sociais, como programas de transferência de renda, exercem efeito protetivo relevante sobre a saúde mental, indicando a importância de estratégias intersectoriais. Conclui-se que o fortalecimento da saúde mental no SUS exige financiamento contínuo, planejamento orçamentário compatível com as demandas territoriais e integração com políticas sociais mais amplas, garantindo cuidado integral, equitativo e sustentável.

#### INFORMAÇÕES DO ARTIGO

##### **Histórico do Artigo:**

Submetido: 13/11/2025

Aprovado: 27/02/2026

Publicação: 30/06/2026



##### **Keywords:**

mental health, financing, psychosocial care network, unified health System, public policies.

##### **Palavras-Chave:**

saúde mental, financiamento, rede de atenção psicossocial, sistema único de saúde, políticas públicas.

## **Introdução**

A trajetória da saúde mental no Brasil é marcada por mudanças estruturais significativas, especialmente após a Reforma Psiquiátrica e o fortalecimento do movimento antimanicomial, que impulsionaram a transição de um modelo hospitalocêntrico para uma abordagem territorial, comunitária e centrada na cidadania (Amarante, 1995; Yasui, 2010). A criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), formalizada pela Portaria nº 3.088/2011, representou um marco nessa transformação, articulando serviços substitutivos, como os CAPS, e buscando garantir cuidado integral e humanizado (BRASIL, 2011).

Além do financiamento direto, políticas sociais amplas, como programas de transferência de renda e proteção ao emprego, têm papel estratégico na prevenção de transtornos mentais e no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde mental (Machado; Alves; Patel, 2023; Minayo, 2006). Dessa forma, a sustentabilidade da saúde mental depende não apenas de recursos consistentes, mas também de integração intersetorial e planejamento orçamentário contínuo.

Diante dessas lacunas, a literatura aponta para a necessidade de reunir evidências sobre como o financiamento público impacta a implementação da RAPS e a efetivação da Reforma Psiquiátrica. Neste cenário, a presente revisão integrativa busca analisar o financiamento da saúde mental no Brasil entre 2014 e 2024, examinando seus efeitos sobre a expansão, qualificação e sustentabilidade dos serviços da RAPS, considerando tanto recursos diretos quanto indiretos provenientes de políticas sociais.

A pergunta que orienta esta revisão é: de que forma o financiamento público contribuiu ou limitou a efetivação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira nesse período? O recorte temporal selecionado considera períodos de retração fiscal, reconfigurações políticas e mudanças nas prioridades da saúde mental, permitindo mapear os efeitos práticos das políticas de financiamento ao longo da década e suas repercussões na equidade e integralidade do cuidado.

## **Procedimentos Metodológicos**

Optou-se por realizar uma revisão integrativa da literatura, modalidade de estudo que possibilita reunir e sintetizar evidências produzidas sobre determinado tema, favorecendo análises críticas e o apontamento de lacunas de conhecimento (Broome, 2000). Essa estratégia foi escolhida por permitir a integração de diferentes delineamentos de pesquisa e pela adequação ao caráter exploratório desta investigação.

### ***Etapas da Revisão***

O processo metodológico seguiu as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008), adaptadas ao objeto deste estudo: (i) definição do tema e formulação da questão de pesquisa; (ii) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (iii) busca e seleção dos

artigos; (iv) extração e organização das informações relevantes; (v) avaliação crítica do material encontrado; e (vi) síntese interpretativa dos achados.

### ***Formulação da Questão Norteadora***

A questão de pesquisa foi estruturada com base na estratégia PICO, resultando no seguinte enunciado: em que medida o financiamento público contribuiu ou limitou a efetivação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira entre 2014 e 2024? A definição dos descritores e operadores booleanos utilizou o vocabulário DeCS/MeSH, contemplando termos como “saúde mental”, “atenção psicossocial”, “financiamento”, “orçamento” e “Brasil”.

### ***Estratégia de Busca***

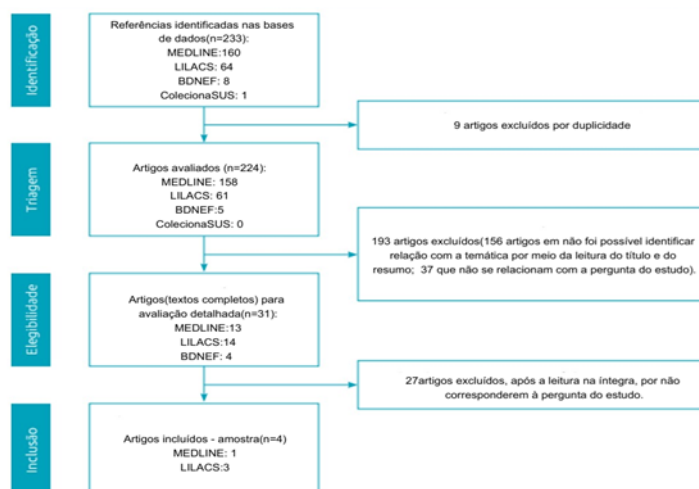
As buscas foram realizadas nas bases LILACS, MEDLINE, BDEF e ColecionaSUS, por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre junho e julho de 2025. Foram elegíveis artigos originais completos publicados no período de 2014 a 2024, em português, inglês ou espanhol, que tratassem diretamente do contexto brasileiro.

Foram excluídos estudos repetidos, relatos de caso, editoriais, teses, dissertações, revisões narrativas e publicações que não abordassem de forma direta o financiamento ou as políticas públicas em saúde mental.

Os estudos selecionados foram examinados segundo abordagem descritiva e temática, organizando informações sobre características do financiamento, perfil dos serviços analisados, recortes regionais, principais desafios e estratégias empregadas na consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

## **Resultados e Discussão**

Os resultados desta revisão integrativa foram organizados de forma descritiva, a partir da análise dos artigos selecionados. A Figura 1 apresenta o fluxograma do processo de identificação e seleção dos estudos, elaborado segundo as diretrizes do PRISMA. Inicialmente, foram recuperados 233 registros nas bases de dados LILACS, MEDLINE, BDEF e ColecionaSUS. Após a remoção de duplicados e a leitura de títulos e resumos, permaneceram quatro artigos que atenderam integralmente aos critérios de inclusão, compondo o corpus desta revisão (ver figura 01).

**Figura 1***Fluxograma do processo de identificação e seleção dos estudos*

O quadro 1 sintetiza os estudos incluídos, indicando ano de publicação, objetivo, método, resultados principais e conclusões, (ver quadro 01).

**Quadro 1.**

*Caracterização dos estudos identificados quanto aos autores, título, objetivo, conclusão e ano de aceite/publicação.*

<b>Autor(es)/Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Conclusão</b>
OLIVEIRA, Edineia F. A.; GARCIA, Maria Lúcia T. (2024)	O financiamento federal dos CAPS no Brasil: a caixa de Pandora	Analisar o financiamento federal dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil entre os anos de 2008 e 2023.	A garantia de financiamento federal é essencial para a consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e, para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O estudo evidencia que apenas 85% dos serviços estavam habilitados pelo Ministério da Saúde, o que revela uma lacuna significativa entre a criação dos dispositivos e o suporte financeiro efetivo.
SAMPAIO, Mariá Lanzotti; BISPO JÚNIOR, José Patrício. (2019)	Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil.	O objetivo foi analisar a trajetória das políticas de saúde mental no Brasil.	O movimento da Reforma Psiquiátrica ressoou além do campo da saúde mental e articulou-se com os processos de democratização e participação social, na busca de transformação do sistema de saúde e da proteção social no país.
Teles MPSF, Coelho TCB, Santos JV, Teles AS. (2021)	Evolução da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, 2012-2018	Analisar a evolução e a distribuição de serviços da RAPS no Brasil, de 2012 a 2018.	A abertura de novos serviços substitutivos em todo país é necessária, mas não suficiente, pois é imprescindível que haja uma melhor distribuição e constância na oferta de ações e serviços da RAPS.

<p>MACHADO, Daiane Borges; ALVES, Flávia Jôse Oliveira; PATEL, Vikram. (2024)</p>	<p>Intervenções econômicas para a prevenção de doenças mentais Problemas de saúde; o papel das transferências de renda</p>	<p>Explorar e analisar as evidências sobre o impacto das transferências de renda na redução de problemas de saúde mental e desigualdades</p>	<p>Programas de transferência de renda e outras intervenções econômicas são estratégias altamente eficazes para reduzir desigualdades socioeconômicas, prevenir problemas de saúde mental e diminuir o risco de suicídio, sendo necessárias abordagens intersetoriais que combinem políticas públicas, engajamento social e decisões baseadas em evidências para proteger as populações vulneráveis.</p>
---	--	--	--

### ***O financiamento federal dos CAPS no Brasil: a “caixa de Pandora”***

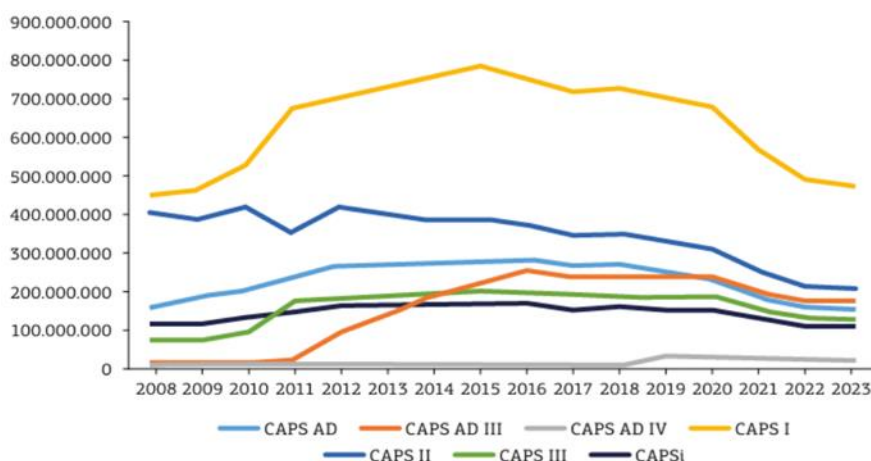
Este artigo apresenta uma análise crítica do financiamento federal dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) entre 2008 e 2023, revelando tensões entre a expansão dos serviços e a insuficiência de recursos (ver gráfico 01). A metáfora da “caixa de Pandora” é utilizada para indicar que, ao abrir o debate sobre o financiamento, emergem múltiplos problemas estruturais e políticos que comprometem a efetividade da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Oliveira e Garcia (2024) apontam que, apesar da expansão dos CAPS no período analisado, apenas cerca de 85% estavam habilitados a receber financiamento federal, o que resulta em desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços.

O estudo também critica políticas recentes que fragilizaram a RAPS, em especial pela redução dos investimentos e pelas mudanças na lógica de financiamento

**Gráfico 1.**

*Custeio de CAPS por tipo 2008-2023*



### ***Entre o enclausuramento e a desinstitucionalização: a trajetória da saúde mental no Brasil***

O artigo de Sampaio e Bispo Júnior traça uma análise histórica e crítica da trajetória da saúde mental no Brasil, destacando o tensionamento entre práticas de enclausuramento — representadas pelos antigos hospitais psiquiátricos — e os avanços da Reforma Psiquiátrica

no processo de desinstitucionalização. Os autores discutem como, apesar dos avanços legais e políticos, persistem práticas manicomiais reconfiguradas em novos formatos institucionais, como comunidades terapêuticas e internações involuntárias.

A pesquisa aponta que a desinstitucionalização não se resume ao fechamento de leitos hospitalares, mas exige uma transformação cultural, ética e política nas formas de cuidado. Os CAPS, embora centrais na RAPS, enfrentam desafios estruturais, como subfinanciamento crônico, falta de profissionais especializados e resistência de setores conservadores que defendem o retorno ao modelo hospitalocêntrico.

### ***Evolução da Rede de Atenção Psicossocial no Brasil, 2012-2018***

O estudo de Teles et al. (2021) sobre a evolução da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Brasil entre 2012 e 2018 revela avanços significativos na expansão dos serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), que cresceram, respectivamente, 30,93% e 40% no período analisado. No entanto, a análise também evidencia profundas desigualdades regionais, especialmente na Região Norte, que apresentou as menores coberturas de CAPS e taxas de leitos psiquiátricos por habitante.

Embora tenha havido aumento nas transferências de recursos financeiros para a RAPS até 2016, mais de 70% dos municípios não receberam financiamento em 2017, coincidindo com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016 (PEC do Teto dos Gastos), que instituiu limites rígidos ao crescimento das despesas públicas, inclusive na saúde.

Esses dados indicam que a simples abertura de novos serviços não garante a consolidação da RAPS como modelo de cuidado integral em saúde mental. A constância na oferta e a equidade na distribuição dos serviços são elementos cruciais para superar o legado do modelo manicomial e assegurar o acesso universal e territorializado. Com a vigência da PEC 95, consolidou-se um cenário de fragilidade no financiamento da saúde mental, comprometendo a expansão e a qualificação da rede, especialmente em regiões historicamente negligenciadas.

A pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas que enfrentem os limites impostos pelo regime fiscal vigente, priorizando a articulação intersetorial, o financiamento contínuo e a presença de equipes multiprofissionais qualificadas. Para melhor compreender os dados, o artigo inclui gráficos e tabelas que detalham a evolução dos serviços e a distribuição geográfica dos CAPS e leitos psiquiátricos.

### ***Intervenções econômicas para a prevenção de doenças mentais: o papel das transferências de renda***

Com base no estudo de Machado, Alves e Patel (2024), as intervenções econômicas, especialmente os programas de transferência de renda como o Bolsa Família, apresentam

impacto significativo na prevenção de problemas de saúde mental e na redução das desigualdades socioeconômicas. Esse achado se articula ao que Oliveira e Garcia (2024) apontam sobre a insuficiência de financiamento direto, sugerindo que medidas de proteção social acabam suprindo lacunas deixadas pelo subfinanciamento dos CAPS.

A pesquisa evidencia que o acesso a recursos financeiros está diretamente relacionado à diminuição de sintomas depressivos, de ansiedade e do risco de suicídio, sobretudo entre populações vulneráveis. O Bolsa Família, ao garantir condições mínimas de subsistência, atua como um amortecedor social contra os efeitos psicossociais da pobreza extrema, promovendo segurança material e estabilidade emocional.

Além disso, os autores destacam que os mecanismos de atuação desses programas envolvem não apenas o alívio da privação econômica, mas também o fortalecimento de vínculos sociais e o acesso ampliado a serviços básicos. Os principais aspectos em torno desses aspectos foram sistematizados a seguir, (ver quadro 02).

### Quadro 2.

*Principais Aspectos do artigo Intervenções econômicas para a prevenção de doenças mentais: o papel das transferências de renda*

<b>Aspectos</b>	<b>Descrição</b>
Relação entre pobreza e saúde mental	Pobreza aumenta o risco de transtornos mentais e é agravada por eles.
Transferências de renda	Reduzem disparidades e melhoram o bem-estar psicológico.
Estudo de caso: Bolsa Família	Evidência de impacto positivo na saúde mental de beneficiários.
Mecanismos de ação	Segurança alimentar, financeira, acesso a serviços e redução do estresse.
Abordagem intersetorial	Integração entre políticas sociais e de saúde mental.
Financiamento de políticas públicas	Relevância estratégica para prevenção de doenças mentais.
Contextos de vulnerabilidade	Crises econômicas, desemprego, mudanças climáticas e exclusão social.

A efetividade dessas estratégias, no entanto, depende de abordagens intersetoriais e sustentadas, que integrem políticas públicas de saúde, assistência social, educação e trabalho. O estudo defende que decisões baseadas em evidências devem orientar a implementação em larga escala, garantindo que os benefícios das transferências de renda sejam amplificados por ações complementares. Em um cenário global marcado por crises econômicas e sanitárias, como a pandemia de COVID-19, essas intervenções se tornam ainda mais relevantes. Os autores argumentam que investir em políticas redistributivas é não apenas uma medida de

justiça social, mas também uma estratégia de promoção da saúde mental coletiva. Embora o artigo não apresente gráficos acessíveis, apoia-se em dados empíricos robustos que sustentam a relação entre renda, bem-estar e saúde mental.

### **Considerações finais**

Esta revisão integrativa permite afirmar, de forma direta, que o financiamento público contribuiu parcialmente, mas também limitou de maneira significativa, a efetivação dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira entre 2014 e 2021. O financiamento possibilitou avanços institucionais, especialmente a ampliação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), porém mostrou-se insuficiente para garantir a consolidação de um modelo de atenção integral, equitativo e territorializado em saúde mental.

A análise evidenciou que, embora tenham ocorrido avanços institucionais relevantes, a expansão da RAPS não assegurou acesso universal e equitativo aos serviços, intensificando desigualdades territoriais, sobretudo em regiões mais vulneráveis e de difícil cobertura. Esse resultado indica que a ampliação dos serviços não foi acompanhada de financiamento compatível com as demandas territoriais, limitando a efetivação dos princípios centrais da Reforma Psiquiátrica.

O subfinanciamento histórico da saúde mental, agravado pelas políticas de austeridade fiscal instituídas a partir da Emenda Constitucional nº95/2016, restringiu a capacidade do Sistema Único de Saúde de expandir, qualificar e sustentar a rede de atenção psicossocial. Essa limitação impactou diretamente a efetividade das ações de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental e evidenciou fragilidades na articulação entre as políticas de saúde, assistência social, educação e trabalho, dificultando o enfrentamento dos determinantes sociais do adoecimento psíquico.

As evidências analisadas também demonstram que políticas públicas de transferência de renda e inclusão social exercem papel protetivo relevante sobre a saúde mental, contribuindo para a redução de desigualdades e a prevenção de agravos, inclusive o suicídio. Esses achados indicam que a efetivação da Reforma Psiquiátrica depende de estratégias intersetoriais, embora tais políticas não substituam a necessidade de financiamento contínuo, estável e específico da Rede de Atenção Psicossocial.

Conclui-se, portanto, que o financiamento público, no período analisado, foi condição necessária para a manutenção institucional da Reforma Psiquiátrica, mas constituiu um fator limitante para sua consolidação substantiva, ao não assegurar recursos suficientes para garantir integralidade, equidade e sustentabilidade do cuidado em saúde mental. O fortalecimento da RAPS exige a superação do subfinanciamento histórico, o aprimoramento do planejamento orçamentário e a integração entre políticas de saúde e políticas sociais, como condição essencial para a garantia de direitos no campo da saúde mental.

## REFERÊNCIAS

- Amarante, P. (1995). *Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Fiocruz.
- Araújo, M. S. de. (2022). *Austeridade e saúde mental: Reflexos da EC 95 na atenção psicossocial*. Hucitec.
- Bitencourt, C. M. (2023). A austeridade da Emenda Constitucional nº 95/2016 e o avanço do Estado Pós-Democrático. *Revista Direito e Práxis*, 14(1), 1–25.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
- Brasil. (2016). *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016: Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011: Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas*. Diário Oficial da União.
- Machado, D. B., Alves, F. J. O., & Patel, V. (2023). Transferência de renda, desigualdades sociais e saúde mental no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 39(2), e00234522.
- Minavo, M. C. de S. (2006). *Violência e saúde*. Fiocruz.
- Oliveira, G. N., & Garcia, M. L. (2024). Financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial no Brasil: Avanços e limites. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(1), 55–68.
- Sampaio, M. L. C., & Bispo Júnior, J. P. (2022). O processo de enclausuramento na reforma psiquiátrica brasileira: Tensões entre o hospital psiquiátrico e os serviços substitutivos. *Saúde em Debate*, 46(133), 237–249.
- Teles, A. S., Silva, R. M., Carvalho, L. P., & Souza, F. C. (2021). Rede de Atenção Psicossocial no Brasil: Evolução e desafios. *Revista de Saúde Pública*, 55(22), 1–12.